

O conceito de nação em Mariátegui*

Elvis Humberto Poletto**

Resumo:

O objetivo deste artigo é discutir o Conceito de Nação na obra de José Carlos Mariátegui. Busca interpretar nesta obra o lugar do índio na construção da nação, analisando o racismo como mecanismo de dominação e permanente tentativa, tanto dos colonizadores como dos imperialistas, de subordinação das nações, utilizando-se para isso da ocultação da história. Mariátegui, após assumir-se socialista, apropriou-se do instrumental marxista para apresentar a sua concepção de nação. Analisa também o imperialismo no Peru, como as forças políticas contrárias à dominação imperialista se contrapuseram ao processo de dominação e o impacto que essa subordinação teve no desenvolvimento da nação.

Palavras-chave: Mariátegui; índio; nação; imperialismo.

The Concept of the Nation in Mariátegui

Abstract:

The objective of this article is to discuss the concept of the nation in the work of José Carlos Mariátegui. It attempts to interpret in his work the place of the Indian in the construction of the nation, analyzing racism as a mechanism of domination and a constant attempt, by the colonizers as well as the imperialists, to subordinate indigenous groups through the occultation of history. Mariátegui, after admitting to being a socialist, appropriated Marxist tools in order to present his conception of the nation. He also analyses imperialism in Peru, examining how political forces contrary to imperialist domination opposed the process of domination and how their subordination impacted the development of the nation.

Keywords: Mariátegui; Indian; nation; imperialism.

Introdução

O conceito de nação que José Carlos Mariátegui desenvolve é trabalhado a partir do processo da apropriação da terra, do imperialismo, do papel do indígena e da educação no Peru. José Carlos Mariátegui (1895-1930) segundo ele mesmo:

nasci em 1895. Aos catorze anos entrei como auxiliar de tipógrafo em um periódico. Até 1919 trabalhei no jornalismo, primeiro em La Prensa, depois *El Tiempo*,

*Este artigo é resultado da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2011.

**Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, membro do NEHAL (Núcleo de Estudos em História da América Latina/UFSC), Florianópolis-SC, Brasil. End. eletrônico: elvispoletto@gmail.com

finalmente em *La Razón*. Neste último diário patrocinamos a reforma universitária. Depois de 1918, enojado com a política nativa, orientei-me decididamente para o socialismo, rompendo com meus primeiros tentes de literato infeccionado de decadentismo e bizantinismo de fim de século, em pleno apogeu. Dos fins de 1919 a meados de 1923, viajei pela Europa. Residi mais de dois anos na Itália, onde desposi uma mulher e algumas ideias. Andei pela França, Alemanha, Áustria e outros países. Minha mulher e meu filho me impediram de chegar até a Rússia. Da Europa me entendi com alguns peruanos sobre a ação socialista. Meus artigos dessa época assinalam as estações de minha orientação socialista. Em minha volta ao Peru, em 1923, através de reportagens, de Conferências na Federação dos Estudantes e na Universidade Popular, de artigos etc, expliquei a situação européia e iniciei meu trabalho de investigação da realidade nacional, de uma perspectiva marxista. (Mariátegui, 1975: XIII; XIV)

Contexto Histórico

Mariátegui passa os três primeiros anos da década de 1920 na Europa acompanhando de perto os principais acontecimentos deste período conturbado e ao mesmo tempo efervescente do século XX. O surgimento do fascismo principalmente na Itália e do nazismo na Alemanha, as consequências e reflexos da Revolução Bolchevique na Rússia, o crescimento e organização do movimento operário no mundo. No artigo “A Emoção do Novo Tempo”, Mariátegui descreve o clima que imperava na Europa naquele momento “quando a atmosfera da Europa se aproxima da guerra, eletrificou-se, os nervos desta geração sensual, elegante e hiperestética, sofreu um raro mal estar e uma estranha nostalgia”. Parte desta geração “sensual e hiperestética” pedia a guerra, mas logo após se viu no meio de um grande horror, descrito na sequência “porém, a guerra não correspondeu a esta previsão frívola e estúpida. A guerra não quis ser tão medíocre. Paris sentiu, em sua entranha, a garra do drama bélico. Europa conflagrada, dilacerada, muda de mentalidade e psicologia” (Mariátegui, 1994: 496; trad. livre).

O clima mundial pós Primeira Guerra e o impacto causado pela Revolução Mexicana (1910) também estão presentes nas análises de Mariátegui. Esta Revolução teve grande impacto nos países de nosso continente nos mais variados aspectos, sendo um dos mais significativos o início de uma nova fase de desenvolvimento. A aliança entre as burguesias liberais e os camponeses organizados, na luta pelo processo de repartição de terras e pelo fim da predominância da exploração “feudal”, desencadeou o avanço do capitalismo industrial, ainda que de forma lenta, desigual e subordinada. A economia agrária baseada no modelo de concentração da terra e produção de monoculturas destinadas à exportação começava a se transformar. A Revolução Mexicana foi responsável pelo início da derrocada das oligarquias agrárias no conjunto do continente Latino Americano, o que não passou despercebido pela análise de Mariátegui.

Dentro deste cenário, atento aos acontecimentos mundiais, Mariátegui elaborou seu pensamento político e ao mesmo tempo posicionou-se ideologicamente. Participou de vários momentos importantes da organização do movimento operário mundial. Em 1921 assistiu ao congresso de fundação do Partido Comunista da Itália. Definiu-se como socialista e passou a empregar em suas análises o materialismo histórico e dialético enquanto ferramenta de análise da sociedade.

O seu posicionamento ideológico fica demonstrado em seu artigo “Aniversário e Balanço”, publicado na Revista *Amauta*¹ em 1928, quando toma como ponto de partida o caráter universal do socialismo. Afirmava ele:

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é ou pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa, tal como o capitalismo, tampouco é específica ou particularmente europeu. É um movimento mundial, ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com uma força e com meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. (in Löwy, 2005: 23)

Ao voltar da Europa em 1923, debruçou-se na formulação do conceito de nação baseando seus estudos na peruanidade, termo que ele mesmo vai repetir ao longo de sua breve, mas fecunda existência. Iniciou uma busca incessante para elaborar esta fundamentação conceitual. Num dos artigos do seu livro “A Alma Matinal e outras estações do homem de hoje” no artigo, “Nacionalismo e Internacionalismo”, Mariátegui apresentou sua visão sobre nação e internacionalismo “A história contemporânea nos ensina a cada passo que a nação não é uma abstração, não é um mito; mas a civilização, a humanidade, tampouco o são. A evidência da realidade nacional não contraria, não refuta a evidência da realidade internacional” (Mariátegui, 1994: 511; trad. livre).

Imperialismo

A interpretação do “Imperialismo” de Mariátegui tem que ser compreendida dentro da aproximação e posterior afastamento com Víctor Raúl Haya de La Torre². O processo de construção/fundação da APRA – Aliança Popular

¹A revista *Amauta* foi lançada em 1926, por Mariátegui e seu irmão Julio César. O intuito da revista era ser um instrumento que servisse para fomentar o debate da nacionalidade e da construção da nação peruana, bem como propagar o socialismo no Peru, além de ser um espaço para a intelectualidade peruana nas diversas áreas da produção cultural no país.

² - Víctor Raúl Haya de La Torre, líder estudantil, foi um dos fundadores da Federação Estudantil Peruana em 1917. Após 1923, funda a APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana.

Revolucionária Americana - um movimento criado para realizar o combate ao imperialismo nos países latino americanos e que posteriormente foi transformado em partido, a interpretação do papel do imperialismo no continente latino-americano e em especial no Peru terá uma importante influência no pensamento de Mariátegui. Mariátegui colaborou com Haya de La Torre na construção das Universidades Populares que visavam a constituição de uma intelectualidade e de um pensamento autônomo no Peru.

Dois anos mais tarde, Mariátegui rompeu com Haya de La Torre. Rompimento que se justificou, entre outras coisas, pela avaliação de Mariátegui das limitações da APRA. Para ele, a perspectiva de construção de alianças com as burguesias nacionais e a elevação do combate ao imperialismo a um programa e uma doutrina eram insuficientes para armar o proletariado no processo de transformações sociais. Não acreditava que esta aliança de classes ajudaria na constituição da nacionalidade peruana. A burguesia no Peru não tinha traços nem feições nacionalistas e a questão do imperialismo, em que pese sua importância no processo de dominação e expansão do capitalismo, era apenas uma das faces/etapas deste modo de produção. Portanto, não bastava a derrota do imperialismo, era preciso realizar a transformação socialista no Peru.

Mariátegui defendia que a elite peruana, por seu papel subserviente ao imperialismo inglês e estadunidense e sócio de segunda categoria destes, não tinha capacidade de forjar uma identidade nacional e, portanto, não seria capaz construir uma nação independente. A APRA e, conseqüentemente, suas formulações não conseguiam apresentar um projeto de nação para o Peru.

Mariátegui em seu artigo “Ponto de Vista Anti-imperialista” defendeu a incompatibilidade de transformar a o imperialismo como bandeira única, que possibilita-se constituir uma unidade entre os setores operários e camponeses, com a burguesia e pequena burguesia. Afirmava que os interesses eram antagônicos e não suprimiriam as diferenças de interesses.

Mariátegui defendia que as lutas de cunho nacionalistas nos países que sofriam a dominação pelos imperialismos poderiam adquirir caráter revolucionário, pois estavam baseadas numa visão de resgate da integralidade do seu povo e na busca por autonomia. Identificou as diferenças entre os movimentos nacionalistas que ocorriam naquele momento, principalmente na Europa, com a dissolução dos grandes “impérios multinacionais”. No artigo “Réplica a Luis Alberto Sánches” do livro “Ideologia e Política, afirmou ele:

“o nacionalismo das nações européias, aonde o nacionalismo e conservadorismo se identificam e se unificam – se propõe fins imperialistas. É reacionário e anti-socialista. Já o nacionalismo dos povos colonizados – se, colonizados economicamente, ainda que se vangloriem de sua autonomia política – tem uma origem e

um impulso totalmente diversos. Nestes povos, o nacionalismo é revolucionário e portanto é socialista. Nestes povos a ideia de nação não cumpriu ainda sua trajetória e nem esgotou sua missão histórica.” (Mariátegui, 1994: 250, trad. livre)

No livro “Temas de Nossa América”, no artigo “A Unidade da América Indo-Espanhola”, Mariátegui escreveu sobre a unidade da América Indo-Espanhola e abordou a questão de nação e dos níveis de avanços desiguais nos países de nosso continente da seguinte forma, “enquanto umas nações tem chegado a uma regular organização democrática, em outras subsistem até agora densos resíduos de feudalidade. O processo de desenvolvimento de todas estas nações segue a mesma direção; porém em umas se cumpre mais rapidamente que em outras” (Mariátegui, 1994: 413; trad. livre).

Em 1928, após seu rompimento com a APRA, criou o Partido Socialista Peruano. Estava convencido que o caminho para as necessárias e profundas mudanças no Peru só seriam completas no socialismo. Para isso o proletariado deveria construir a aliança com o camponês indígena para que o Peru se constituísse em uma nação soberana.

Esta concepção esta claramente expressa no livro “Ideologia e Política” no artigo “Ponto de Vista Anti-Imperialista”. Mariátegui abordou a constituição do enfrentamento ao imperialismo apontando sua visão de raça e luta social. Sustentou que na China, onde se desenrolava naquele período a primeira etapa da revolução chinesa, havia uma aliança entre os revolucionários comunistas e a burguesia chinesa numa frente popular contra a aristocracia chinesa. Para ele, a burguesia chinesa se considerava “chinesa” e tinha um ímpeto anti-feudal e capitalista. Já burguesia do Peru não se sentia peruana. O *criollo** peruano, a elite nacional, não desejava ser peruana, ter identidade nacional. O elemento raça não era considerado pelo chinês como impeditivo para uma aliança de classes, mas para a burguesia peruana era um elemento que a afastava da luta pela construção da nação.

Ele reforçaria esta visão em outro artigo do livro “Ideologia e Política”, quando tratou deste tema no artigo “O Problema da Raças na América Latina”. Defendeu que a questão fosse observada com profundidade por aqueles que lutavam pela construção da nação, pois o imperialismo Inglês e Estadunidense utilizava o desprezo com que a raça indígena era tratada no Peru para reforçar seu processo de exploração e de dependência.

**criollo* – diz-se da pessoa de raça branca nascida nas colônias européias de além-mar, particularmente da América (pequeno *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, A. Buarque de Holanda Ferreira, 11ª. Edição, 1969).

Fato importante, que Michael Löwy destaca no livro que publicou em 2002 “Por um socialismo Indo-Americano – José Carlos Mariátegui”, quando em 1929, no congresso para constituição da Confederação Sindical Latino-Americana no seu projeto de tese “O Problema Indígena” foi duramente atacado pelas então lideranças da 3ª Internacional na e para a América Latina. Um dos principais expoentes da 3ª Internacional naquele período era Victorio Codovilla.

Codovilla, como um dos comissários da 3ª Internacional para América Latina, combateu diretamente as teses defendidas pelos socialistas peruanos, que tinham como um dos seus eixos centrais, a busca por compreender o papel do indígena no processo de transformação social no Peru e em toda a região Andina. As teses levadas a conferência pelos delegados do Partido Socialista Peruano – Hugo Pesce e Julio Portocarrero – foram formuladas por Mariátegui. Afirma da seguinte forma:

A raça tem, antes de tudo, esta importância na questão do imperialismo. Porém tem também outro papel, que impede de assimilar o problema da luta pela independência nacional nos países da América com forte porcentagem de população indígena, o mesmo problema da Ásia e da África. Os elementos feudais ou burgueses, em nossos países, sentem pelos índios como pelos negros e mulatos, o mesmo desprezo que os imperialistas brancos. O sentimento racial atua nesta classe dominante em um sentido absolutamente favorável a penetração imperialista. Entre o senhor ou o burguês criollo e seus peões de cor, não há nada em comum. A solidariedade de classe, se soma a solidariedade de raça ou de preconceito, para fazer das burguesias nacionais instrumentos dóceis do imperialismo yanqui ou britânico. (Mariátegui, 1994: 170; trad. livre).

Elementos constituidores da Nação

a. O índio e a questão da raça

Para Mariátegui, o processo de desenvolvimento da luta de classes tinha um claro componente racial. Portanto o caráter da transformação social no Peru teria que compreender este elemento e disto dependeria a constituição da nação. Ela abordaria o tema novamente no seu artigo “Ponto de Vista Anti-Imperialista” que está no livro *Ideologia e Política* da seguinte forma, “a colaboração com a burguesia, e até mesmo de muitos elementos feudais, na luta anti-imperialista chinesa, se explica por razões de raça, de civilização nacional que entre nós não existem... a burguesia *criolla* não se sente solidária com o povo pelo laço de uma história e uma cultura comum. No Peru, o aristocrata e o burguês, desprezam o popular, o nacional. Se sentem, antes de tudo, brancos.” (Mariátegui, 1994: 196; trad. livre).

Mariátegui no livro “Peruanizemos o Peru”, no artigo em “O Fato Econômico na História Peruana”, aborda assim esta questão: “a atual economia, a

atual sociedade peruana tem o pecado original da conquista. O pecado de haver nascido e haver se formado sem o índio e contra o índio” (Mariátegui, 1994: 303; trad. livre).

No mesmo livro, “Peruanizemos o Peru” no artigo “O progresso nacional e o capital humano”, reforçou a posição que estava no cerne do atraso no processo de constituição da nação peruana: a desigualdade no desenvolvimento das regiões do País. Isto era representado pela separação entre serra e litoral, o que aprofundava as já enormes desigualdades sociais e econômicas no Peru.

No Peru temos tido um nacionalismo muito menos intelectual, muito mais rudimentar e instintivo que os nacionalismos acidentais que assim definem a Nação. Porém sua práxis, se não sua teoria, tem sido naturalmente a mesma. A política peruana – burguesa na costa, feudal na serra – tem se caracterizado por seu desconhecimento do valor do capital humano. Sua retificação, neste plano como em todos os demais, se inicia com a assimilação de uma nova ideologia. A nova geração sente e sabe que o progresso do Peru será fictício, o pelo menos não será peruano, enquanto não constitua a obra e não signifique o bem estar da massa peruana, que em sua quatro quinta parte é indígena e camponesa. (Mariátegui, 1994: 306; trad. livre).

Mariátegui afirmou que a classe dominante no Peru, majoritariamente formada por *criollos*, alimentava uma concepção de que o índio representava um indivíduo desprovido de qualidades intelectuais. Esse rótulo, que a elite peruana tinha atribuído ao indígena, servia como uma “lei social” que franqueava à classe dominante o poder de explorar o índio em certas circunstâncias como um escravo.

Dessa forma, a classe dominante peruana estava reproduzindo sobre a maioria da população os mesmos preconceitos aos quais ela própria fora submetida pela Espanha e pelo restante da Europa.

Por mais que a classe dominante, dentro de um movimento que era comum entre os países que tinham suas economias predominantemente agrárias, com grandes extensões de terras desabitadas, e que se inseriam na ordem mundial no início do século XX como economias de monocultura, buscassem romper a dependências dos centros imperialistas, esbarrava, ela mesma, em sua concepção racista “decalque e cópia”.

Portanto, sem a aceitação do índio como elemento constituidor da peruanidade, não haveria nação. A negação do índio, além da exploração econômica, através principalmente da expropriação das terras e do não acesso à educação, tinha o elemento racial como mais um componente da exploração. Os mecanismos de expropriação perpetrados pelo conquistador/colonizador e, posteriormente, pela elite *criolla*/mestiça em relação aos povos originários, constituiu-se na base de seu poder, o que significou a negação da nação.

b. A Educação

A afirmação de que o povo peruano “convive sem assimilar-se” refletia a concepção de que a nação não se completou. A não assimilação, para Mariátegui, era determinada por vários elementos que, ao longo da formação do Peru, não conseguiram fundir-se para constituir uma nação. O processo de convivência não se deu de modo que a elite peruana aceitasse de forma pacífica a fusão das culturas. O que ocorreu foi uma negação permanente.

Isso também se deu no processo de desenvolvimento da educação no Peru. Na colônia, o acesso à educação só possível para a aristocracia e ficava a cargo da Igreja Católica. Após a independência, esse mecanismo de opressão permaneceu inalterado para a elite que ascendeu ao poder, pois as classes dominantes peruanas “necessitavam” que os índios permanecessem como uma grande massa de braços para o trabalho.

Para Mariátegui, a economia ditou o processo de desenvolvimento da sociedade e, portanto, determinou sua direção também na educação do país. O modelo econômico não garantiu a participação do índio na formação da nação e a educação que vigorava contribuiu para manutenção dessa opressão. Em seu artigo “Educação e Economia” que está no livro “Peruanizemos o Peru” afirmou que, “O problema do ensino não pode ser bem compreendido se não for considerado como um problema econômico e social... ignoraram a íntima engrenagem que existe entre a economia e o ensino...” (Mariátegui, 1994: 365; trad. livre).

Ao ligar a subordinação do processo de ensino no país às engrenagens econômicas, Mariátegui apontou também que o indígena não estava inserido no processo educacional pensado pelas classes dominantes. As classes subalternas – trabalhadores e camponeses indígenas ou não – não tiveram acesso a uma formação educacional que possibilitasse sua inserção social e, por consequência, foram aliados do processo de construção da nação.

Ao analisar o processo de constituição do modelo educacional no Peru, Mariátegui afirmou que a educação era uma herança da educação espanhola que sofreu influência francesa e norte-americana, o que determinou a conformação de uma mentalidade colonizada.

Essa mentalidade colonizada se refletiu na renúncia das classes dominantes peruanas de se inserirem de forma soberana perante a ordem internacional vigente. E a formação da nacionalidade do povo peruano através da educação não se completou, pois levou em consideração apenas o peruano não índio. O índio foi considerado raça inferior no vice-reinado e manteve-se na mesma condição na república.

A ênfase que Mariátegui deu ao “Processo da educação”, como definiu

no capítulo do livro “7 Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana” e no conjunto de artigos que estão reunidos em suas Obras Completas, “Temas da Educação”, demonstrou, entre outras questões, a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação soberana. Ele criticou o que definiu como “A persistência da orientação literária e retórica [...] no culto das humanidades confundiam-se os liberais, a velha aristocracia latifundiária e a jovem burguesia urbana. Uns e outros deleitavam-se concebendo as universidades e os colégios como fábricas de pessoas de letras e de leis...” (Mariátegui, 1975: 74 e 75).

Ao criticar essa mentalidade colonial que preponderava na educação peruana, Mariátegui afirmou que a construção da nação era naquele momento um empreendimento que carecia de vitalidade. Era um corpo que sofria de raquitismo. Afirmou, “somos um povo em que se infiltrou a mania das nações velhas e decadentes, a doença de falar e escrever e não de agir, de ‘agitar palavras e não coisas’, doença lamentável que constituiu um sinal de lassidão e fraqueza” (Mariátegui, 1975: 75). Sem forjar uma educação baseada na história do povo peruano que incorporasse as contribuições da maioria da população que constituía o Peru, essa tarefa já teria nascido incompleta.

Um dos principais pontos de conflito entre Mariátegui e o Governo de Leguía³ foi a adesão de Mariátegui à causa dos estudantes em 1919, que naquele momento no Peru e em toda a América Latina lutavam por reformar o ensino universitário⁴. A luta pela reforma universitária, que se estendeu pelos vários países da América Latina no final da segunda década do século XX e prolongou-se até meados da terceira década, e que teve importante influência na juventude, principalmente das classes médias dos países onde esse movimento foi mais forte.

O mundo atravessava um momento de fortes mudanças (fim da Primeira Guerra Mundial, Revolução Bolchevique, Revolução Mexicana, Revolução Nacionalista na China, descenso da hegemonia do imperialismo britânico e ascenso do imperialismo estadunidense). Nesse contexto em que as lutas para reformar o ensino superior ocorreram, Mariátegui, no ensaio “O Processo da Instrução Pública”, no livro “7 Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana”, acreditava

³ - Augusto Bernardino Leguía y Salcedo, presidente do Peru de 1908 a 1912 e 1919 a 1930. Durante o segundo período de governo, conhecido com Oncenio, forçou Mariátegui ao exílio na Europa.

⁴ - Movimento latino-americano que passou para a história. A reforma universitária foi desencadeada em Córdoba, Argentina. A geração universitária latino-americana, nos países de língua espanhola, principalmente Argentina, Chile, Uruguai e Peru, organizou-se para lutar contra uma estrutura que predominava no sistema de ensino universitário que não respondia aos anseios dos estudantes, principalmente os oriundos das classes médias, que naquele momento começam a ingressar no ensino superior. Neste contexto, são desencadeadas as lutas por reforma universitária, nas quais Mariátegui, juntamente com jovens limenhos, dentre eles César Falcón e Víctor Hugo Haya de La Torre, entre tantos outros, irão se inserir.

que a juventude seria influenciada. Vaticinou que, “a crise mundial convidava os povos latino-americanos, com urgência incomum, a revisar e resolver seus problemas de organização e crescimento... a nova geração sentia estes problemas com uma intensidade e uma paixão que as anteriores não tinham vivido... a atitude da nova geração era espontaneamente revolucionária.” (Mariátegui, 1994: 56; trad. livre).

Mariátegui identificou no movimento da reforma universitária o sentimento próprio da juventude, caracterizado pelo impulso de causas muitas vezes vagas, sem uma concepção aprofundada. Porém, mesmo tendo essa leitura, reputou a luta pela reforma universitária como determinante para o avanço no ensino superior dos países em que esse movimento ocorreu.

Um dos principais pontos reivindicados por essa nova geração era que a educação deveria se pautar pelos problemas reais desses países. Seus componentes entendiam que o que se ensinava nas universidades não os estava preparando para enfrentar os grandes dilemas do desenvolvimento da sociedade. Segundo Mariátegui, os profissionais que saíam da universidade peruana saíam homens de letras e de leis; as universidades estavam preparando apenas literatos e advogados. Para Mariátegui, isso era fruto da “herança espanhola” que não incorporou apenas uma herança psicológica e intelectual, mas também uma herança econômica e social. Afirmava assim que tal herança, que determinou a educação peruana, não servia para a formação dos homens que deveriam construir a nação.

Por entender a importância da educação para constituição da nação, Mariátegui se envolveu profundamente com o tema. Dedicou-se ao acompanhamento dos desdobramentos da reforma universitária. A universidade e a intelectualidade peruana entraram no debate e Mariátegui teve papel importante na observação crítica e participativa do processo. Defendeu que a educação precisava construir uma identidade própria, não abrindo mão do conhecimento universal, mas embrenhando-se nos elementos nacionais e na história dos povos que constituíram o Peru. Identificou que a Educação foi uma das portas que foram fechadas pelo espanhol conquistador, e manteve-se fechada pelo *criollo*, após a independência. Buscava com isso o reconhecimento da tradição, do resgate histórico do povo incaico e dos elementos que deveriam constituir o projeto de nação.

“Não somos um povo que assimila as ideias e os homens de outras nações, impregnando-os com seu sentimento e seu ambiente, e que desta maneira enriquece, sem deformá-lo, o espírito nacional. Somos um povo em que convivem, sem assimilar-se mutuamente, sem entender-se ainda, indígenas e conquistadores” (Mariátegui, 1975: 73).

c. A Terra

A questão da terra era central para Mariátegui, pois determinou o caráter das relações de produção no Peru e, por consequência, o problema do índio e a posição de inferioridade e subserviência a que este estava submetido. Mariátegui viu na estrutura agrária peruana as raízes da fragilidade da nação (Belloto e Corrêa, 1979: 30). Para a constituição da nação era necessário transpor esta barreira, que mesmo a república não havia logrado conseguir.

O mundo passava pelo processo de avanço e de nova fase de desenvolvimento do capitalismo, sua etapa imperialista estava em franca expansão. No momento em que Mariátegui estava debruçado em sua pesquisa e elaboração de suas ideias, o “capital imperialista de origem norte-americano no setor das exportações primárias e das finanças” ampliava sua penetração e se firmava no Peru (Cotler, 1988: 175).

Era preciso ter uma leitura deste novo período de expansão do capitalismo mundial e como este se inseria no contexto dos países sul-americanos. Para isso, Mariátegui dedicou-se a estudar profundamente a formação social e econômica do Peru que resultou, entre outras, na que é considerada a sua mais completa obra “7 Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana”. Nela ele dedicou três ensaios para aprofundar as razões do atraso e profunda dependência do Peru frente a economia mundial. Estes três ensaios são: “Esquema da Evolução Econômica”, “O Problema do Índio” e “O problema da Terra”.

A atualidade dos temas que se propôs a pensar, estudar e debater coloca-se hoje na pauta de todos os países da América-hispânica e mesmo da América Latina. Países que apresentam as mesmas características nos processos de colonização (Peru, Bolívia, Venezuela, Equador etc) e que passaram por lutas semelhantes que desembocaram na independência da coroa espanhola também conviveram, ao longo do seu desenvolvimento, com o comportamento semelhante de suas elites dirigentes, sejam os Espanhóis durante o período colonial, seja o criollo e o mestiço no momento seguinte. Em grande medida, após a independência, no período da República, excluíram da construção destas nações os povos indígenas que eram, e são, maioria da população em seus territórios.

Essas “nações” que serviram e ainda servem, em boa medida, de fornecedores de produtos primários e de suas riquezas naturais para as nações denominadas “desenvolvidas” e que estiveram ao longo da história dos últimos dois séculos envolvidas neste mecanismo de trocas desiguais e de subordinação, seja do imperialismo, seja do sub-imperialismo exercido por países como o Brasil dentro de nosso continente. Neste sentido a posse da terra e a concentração desta é um dos principais fatores que determina o modelo de desenvolvimento (ou sub-desenvolvimento) destas nações.

A última década em especial revelou de forma mais cabal o grande abismo entre as elites dirigentes dos países hispano-americanos e a maioria de suas populações que, como dissemos acima, é de índios. Esse abismo levou a situações como a derrubada de oito presidentes no Equador em dez anos. Processos estes, que na sua maior parte, foram organizados e tiveram a frente organizações indígenas que lutavam pela manutenção de sua cultura e tradições tendo a luta pela posse e uso da terra como grande pano de fundo. A eleição de um presidente índio na Bolívia de origem Aymara, que se define ideologicamente como socialista. Na Venezuela, um militar nacionalista, com forte apoio popular e também de origem mestiça, lidera um movimento de afastamento dos países latinos da órbita estadunidense com um discurso de forte apelo nacionalista e anti-imperialista. No Peru, tivemos de 2001 a 2006, primeira década do século XXI, a eleição de um *cholo** que fez um governo que saiu desgastado, terminando seu mandato sob muitas críticas, principalmente da população pobre e dos indígenas daquele país. Hoje governado por um militar que elegeu-se com o discurso nacionalista na esteira dos vizinhos boliviano e equatoriano e num contexto de governos latino-americanos que dão suporte a esta posição política.

As causas históricas que “determinam” este papel de subordinação, este comportamento, merecem ser aprofundadas. Investigar esses processos que na última década e neste início do século XXI vem ocorrendo nestes países, com seus povos buscando, através dos mecanismos da “democracia formal”, eleger representantes oriundos de sua “classe/etnia” e tentando afirmar enquanto povos e nações soberanas perante o mundo, é o grande desafio que esta posto. Estes processos tem sido apresentados como a construção de sociedades plurinacionais. Compreender este plurinacionalismo e o momento atual passa pelo aprofundamento do conhecimento da história de nosso continente.

Considerações finais

Ao definir os mecanismos que eram dominantes naquele momento Mariátegui conseguiu, de forma precisa, identificar que o Peru já estava inserido na cadeia de dominação do imperialismo. Apontou que o predomínio do capitalismo britânico perdia espaço e que os Estados Unidos assumiam a hegemonia da dominação imperialista no continente latino-americano e, por consequência, no Peru.

No entanto, por si só, a identificação do papel que o Peru cumpria na cadeia de domínio do imperialismo não conseguia explicar o atraso em que se

*Mestiço de sangue espanhol e ameríndio.

encontrava o país e, conseqüentemente, o desenvolvimento da nação. Mariátegui identificou, contra a visão eurocêntrica, e a visão que começava a predominar na esquerda mundial já na década 30 do século XX, através das diretrizes da 3ª. Internacional (ascensão do stalinismo)⁵, que o Peru, para além de já estar inserido no processo de dominação imperialista, não podia ser considerado um país onde as relações econômicas e sociais eram predominantemente capitalistas. Para Mariátegui, o Peru era um país que tinha parte de suas relações econômicas e sociais dominadas por um sistema “feudal” onde o componente racial era determinante neste processo de dominação. O esforço intelectual e militante de Mariátegui foi empreendido no sentido de desvendar esses mecanismos, que implicavam no atraso e dependência econômica do Peru, e que não permitiam que a nação peruana se completasse.

Bibliografia

- BELLOTO, Manoel Lelo e CORRÊA *et al* (1979). *A América Latina de colonização espanhola*: antologia de textos históricos. São Paulo: Hucitec .
- _____ *et al.* (1982). *Coletânea José Carlos Mariátegui*: política. São Paulo: Ática.
- ANDERSON, Benedict (1989). *Nação e Consciência Nacional*. SÃO PAULO: Editora Ática.
- BOLIVAR, Simon (1979). Carta de Jamaica. In: MARTI, José. *Nuestra América*. Habana: Casa de Las Américas.
- BOND, Rosana (2004). *Peru do império dos incas ao império da cocaína*. Rio de Janeiro: Coedita.
- CORDELLIER, Serge (coord.) (1998). *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- COTLER, Julio (1998). Peru: Estado oligárquico e reformismo militar. In: CASANOVA, Pablo González (org.). *América Latina: história de meio século*. Brasília: Editora da UnB.
- HOBSBAWM, Eric. (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- _____ (org.) (1984). *História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

⁵Segundo Michael Löwy (2005: 8), a concepção de Mariátegui da revolução socialista latino-americana não coincide com a ortodoxia do *Comintern* e será criticada por seus porta-vozes na América Latina.

- _____ (org.) (1984). *História do marxismo III* o marxismo na época da Segunda Internacional: segunda parte. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (org.) (1982). *História do marxismo II*: o marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LÊNIN, Vladimir Ilich (1985). *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora.
- LÖWY, Michael (2005). *Por um socialismo indo-americano*: seleção e introdução. Rio de Janeiro: editora UFRJ.
- _____ (2000). *Nacionalismos e internacionalismos da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã Editora.
- _____ (org.) (1999). *O Marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1994). *Mariátegui Total*. Tomo I. Primera Edición. Conmemorativa del Centenário del Nacimiento de José Carlos Mariátegui. Lima: Ed. Amauta.
- _____ (1975[1928]). *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.
- MARTÍ, José (1991). *Nossa América*. São Paulo: Hucitec.
- SPIILIMBERGO, Jorge Enea (2003). *La cuestión nacional en Marx y otros ensayos políticos*. Buenos Aires: Fondo Editorial Simon Rodríguez.